



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013018-88.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de voo**
 Requerente: **Filipe Henrique Monaretti**
 Requerido: **Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens Sa e outro**

d

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter contratado com as rés a realização de viagem da qual desistiu por motivos particulares.

Alegou ainda que as rés não lhe restituíram a quantia paga pela viagem, não obstante as diversas tentativas de que lançou mão para tanto, todas em vão.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que experimentou.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada pela segunda ré não merece acolhimento.

Com efeito, a responsabilidade dela deriva da solidariedade prevista no parágrafo único do art. 7º Código de Defesa do Consumidor entre todos os participantes da cadeia de prestação de serviços.

Discorrendo sobre o assunto, leciona **DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES:**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

“Esse dispositivo constitui a regra geral de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que participaram da cadeia de fornecimento do serviço ou produto perante o consumidor. A regra justifica-se pela responsabilidade objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a culpa como elemento da responsabilidade dos fornecedores. Dessa maneira, independentemente de a culpa não ser do fornecedor demandado, ou não ser de todos os fornecedores demandados, haverá a condenação de quem estiver no pólo passivo a indenizar o consumidor; assim, é inviável imaginar, em uma situação tratada à luz do dispositivo legal comentado, uma sentença terminativa por ilegitimidade de parte se for comprovado que a culpa não foi daquele fornecedor demandado. Em razão da solidariedade entre todos os fornecedores e de sua responsabilidade objetiva, o consumidor poderá optar contra quem pretende litigar. Poderá propor a demanda a buscar o ressarcimento de seu dano somente contra um dos fornecedores, alguns, ou todos eles. A doutrina que já enfrentou o tema aponta acertadamente para a hipótese de litisconsórcio facultativo, considerando ser a vontade do consumidor que definirá a formação ou não da pluralidade de sujeitos no pólo passivo e mesmo, quando se formar o litisconsórcio, qual a extensão subjetiva da pluralidade. Nesse caso, portanto, de responsabilidade solidária e objetiva dos fornecedores, não será aplicável o instituto do litisconsórcio alternativo, pois, ainda que exista uma dúvida fundada por parte do consumidor sobre quem foi o causador direto de seu dano, a legislação consumerista, expressamente, atribui a responsabilidade a qualquer dos fornecedores que tenha participado da cadeia de produção do produto ou da prestação do serviço. Por ser inviável antever a ilegitimidade de qualquer deles, ainda que nenhuma culpa tenha no evento danoso, pouco importa, para os fins do processo, a individualização do fornecedor que tenha sido o responsável direto pelo dano, de modo que é inviável, nesse caso, falar em litisconsórcio alternativo” (“Litisconsórcio alternativo e o código de defesa do consumidor”, in “Aspectos processuais do código de defesa do consumidor”, orientação de Tereza Arruda Alvim Wambier, coordenação de Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1, cap. 4, ps. 45-54, particularmente ps. 47-48).

Tais orientações aplicam-se com justeza à hipótese dos autos, até porque os documentos de fls. 03/22 deixam clara a ligação de ambas as rés com os fatos noticiados.

Bem por isso, reconhece-se a legitimidade da segunda ré para que figurar no polo passivo da relação processual.

Rejeito a prejudicial arguida no particular a fls. 51/53, pois.

No mérito, o desembolso feito pelo autor para o pagamento de viagem (no importe de R\$ 1.959,69 - fl. 03) que não se consumou é incontroverso, não suscitando qualquer divergência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

De igual modo, restou positivado o cancelamento em 19 de março de 2013 (fl. 05) da viagem que sucederia no dia 05 de abril do mesmo ano (fl. 03).

Assentadas essas premissas, resta indubitado o direito do autor à restituição do valor que despendeu, sob pena de inconcebível enriquecimento sem causa derivado do recebimento de valores por serviço não prestado.

Nesse contexto, é de rigor a devolução a título de reparação dos danos materiais do autor, mas ela corresponderá a R\$ 1.567,75 em função da dedução de vinte por cento estipulada na cláusula 6.1.3 do contrato celebrado entre as partes (fl. 04).

Tal incidência estava expressamente prevista no ajuste firmado e não se reveste de abusividade, sendo compatível com os problemas advindos da desistência do autor em data próxima ao embarque.

Outros descontos, entretanto, não se justificam à míngua de previsão contratual que os lastreasse e de comprovação específica de sua existência que lhe desse suporte.

Por outro lado, o autor faz jus de igual modo ao ressarcimento pelos danos morais que experimentou.

Os fatos em pauta aconteceram há mais de um ano e até o momento as rés não tomaram providência prática tendente à sua resolução.

A alegação de que ocorreu equívoco quanto à agência em que se deveria realizar o depósito pertinente (fl. 28, item 11) não vinga porque mesmo que isso fosse verdade houve decurso de tempo mais do que suficiente para que a questão fosse contornada, dependendo de um mínimo de boa vontade por parte das rés.

Elas ao menos na espécie vertente não dispensaram ao consumidor o tratamento que seria esperado, impondo-lhe dissabor de vulto que foi muito além dos meros contratempos inerentes à vida cotidiana.

Isso configura a existência de dano moral passível de reparação.

Todavia, o valor da indenização não haverá de ser o proclamado pelo autor, que se afigura excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pelo autor em quatro mil reais.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar as rés a pagarem ao autor as quantias de R\$ R\$ 1.567,75, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro de 2013 (época do pagamento efetuado pela viagem), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Caso as rés não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**